

Capítulo 19

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ACRE: TRAJETÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Marcos Catelli Rocha, Douglas Souza Pereira, Vângela Maria Lima do Nascimento,
Antonia Vanda Matos de Souza e Cleísa Brasil da Cunha Cartaxo

1. INTRODUÇÃO

O conceito de segurança alimentar é histórico e socialmente construído e, como todo conceito, evolui à medida que avança a história da humanidade, alteram-se a organização social e as relações de poder (VALENTE, 2002). O termo Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) passou a ser adotado no Brasil em 1996 durante o processo preparatório para a Cúpula Mundial de Alimentação. Posteriormente, em 1998, foi criado o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (Fbsan).

As dimensões sociais, ambientais e de saúde foram incorporadas de forma mais clara no conceito de SAN por ocasião da II Conferência Nacional de SAN realizada em Olin-da-PE, em março de 2004. O conceito adotado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) no Brasil atualmente é:

(...) a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e per-

manente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006).

A partir da década de 90, intensificou-se um movimento em direção à reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc). Paralelamente, a Cúpula Mundial da Alimentação deu visibilidade ao papel fundamental do DHAA para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. Dessa forma, a SAN passou a ser entendida como uma possível estratégia para garantir a todos o DHAA (CONSEA, 2009; BURITY et al., 2010).

A construção do conceito de SAN e seus importantes avanços foram obtidos por meio da participação da sociedade civil com a proposta de uma agenda que assegurasse o Direito Humano à Alimentação Adequada na forma de políticas públicas de promoção da SAN de todos. O resultado dessa mobilização social foi a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) pelo Congresso Nacional sancionada pelo Presidente da República em 15 de setembro de 2006.

A LOSAN instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) que é ferramenta fundamental para a promoção e a garantia do DHAA como objetivo e meta da política institucional da SAN (MALUF, 2009; BURITY et al., 2010). A Constituição Federal de 1988 incorporou

no rol dos direitos sociais, através da Emenda Constitucional 64/2010, o direito humano à alimentação.

A efetivação do direito à alimentação requer políticas públicas de abastecimento que se sobreponham às lógicas privadas estritamente mercantis geralmente não participativas. Uma política de abastecimento alimentar deve ser regida por valores compatíveis com os direitos humanos, reforçado pelo Consea, com destaque ao princípio da soberania alimentar, assim definido:

.... Cada nação tem o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, incluindo aí o direito à preservação de práticas alimentares e de produção tradicionais de cada cultura (SCHUTTER, 2002).

2. TRAJETÓRIA DAS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO ACRE

As políticas de SAN no Acre tiveram como início em 1999 com a inclusão de Rio Branco no projeto piloto sobre Planejamento Participativo em Segurança Alimentar na Comunidade executado pela Pastoral da Criança Nacional em cinco cidades do Brasil. Na execução, foram realizadas oficinas de formação dos interlocutores conduzidas por técnicos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e membros do Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (Fbssan).

O projeto foi apresentado ao Governo do Estado do Acre com o objetivo de sensibilização para a causa da SAN, visando a criação de um fórum local para discussão de assuntos relativos a SAN. Em setembro de 1999, foi realizado o I Semi-

nário sobre SAN no Acre organizado pela coordenação da Pastoral da Criança Estadual e pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre), com apoio da Casa Civil do Governo do Acre.

Em janeiro de 2004, ocorreu a I Conferência de SAN do Acre como forma de mobilizar a sociedade civil e órgãos governamentais para a criação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar do Acre e de garantir a participação de representantes do Acre na II Conferência Nacional de SAN.

O Consea - Acre foi instalado através de Decreto Governamental 9.824/2004 em 23 de março estando vinculado ao gabinete do vice-governador, em caráter permanente, como órgão consultivo e propositivo de assessoramento imediato ao Governador do Estado. A finalidade do Consea - Acre é propor políticas públicas e diretrizes para a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Acre.

No ano de 2009, foi publicado o Decreto Governamental 4.063/2004 que altera o decreto de criação do Consea-Acre, alterando a vinculação para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDS. Posteriormente, foi criada a Câmara Intersectaria de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Governo do Estado do Acre (Caisan Acre) através do Decreto 2.803 de 25 de outubro de 2011.

O Consea Acre esteve atuante em diversos momentos da construção da história da SAN como: a) - implantação do primeiro Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Acre em 2005; e b) realização da II Conferência Estadual de SAN em 2007. A conferência contou com a presença de autoridades

estaduais e municipais, além de representantes do governo e da sociedade civil capital e do interior do estado.

Em 2015, foi realizada a quarta Conferência Estadual de SAN, em Rio Branco, propondo-se a dar visibilidade às questões de Segurança Alimentar e Nutricional da população acreana, e foi elaborada uma Carta Política contendo encaminhamentos a respeito de diversos assuntos ligados à SAN como: acesso ao crédito, PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Bolsa Família, desenvolvimento rural, saúde, nutrição, pesca, vigilância sanitária, economia solidária, cultura alimentar, biodiversidade, educação, pesquisa, participação e controle social (ACRE, 2018).

O estado do Acre aderiu em 2011 ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). O sistema se encontra em fase de implementação no âmbito estadual e em planejamento para a implantação nos 21 municípios. O município de Rio Branco foi a primeira capital da região Norte a aderir e implementar o Sisan Rio Branco e conta com os três componentes essenciais: Consea municipal, Caisan municipal e a Losan municipal que está em tramitação na câmara dos vereadores para ser sancionada. O próximo desafio de Rio Branco é a articulação do Plano Municipal de SAN.

Para 2018, foi programado o lançamento do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Pesan Acre), que foi construído de forma participativa com a sociedade civil organizada e gestores públicos estaduais e municipais. O Sisan Rio Branco ainda está se estruturando e pouco conhecido, sendo restrito à sociedade de forma geral. A implantação do Pesan Acre ainda carece do envolvimento das populações

locais. Nesse contexto, foi estruturado um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional para o biênio 2018/19, coincidindo com a conclusão do atual Plano Plurianual do Estado (PPA 2016-2019).

O primeiro Pesan Acre foi elaborado tendo como ponto de partida as propostas priorizadas nas oficinas regionais e municipais para sua construção. Assim, foram reunidas as propostas colhidas na Conferência Estadual de SAN; as prioridades definidas nas oficinas de elaboração do Pesan Acre e as metas elencadas no PPA 2016-2019. A estruturação do Pesan Acre foi orientada à luz dos grandes desafios a serem enfrentados na SAN pelo Acre nos próximos dois anos.

A partir de dados do diagnóstico das políticas, projetos e ações de SAN no estado do Acre (Dppasan, 2017), publicações científicas e de documentos oficiais estaduais e nacionais foi possível traçar aspectos da produção e do acesso aos alimentos no Acre sob a ótica das dimensões e características da SAN.

3. PRODUÇÃO, ABASTECIMENTO E CONSUMO DE ALIMENTOS NO ACRE

Produção agropecuária local: o setor agropecuário é o terceiro que mais contribui com o valor econômico adicionado no Acre, com 10,73 % de participação. Em 2011, a produção agropecuária ocupava o segundo lugar com 17,03 % do valor econômico adicionado (ACRE, 2013).

A importância da produção agropecuária sobre a segurança alimentar e nutricional está relacionada à oferta de alimentos de origem vegetal e animal com qualidade e constância regulares. O censo agropecuário realizado em 2006 revelou que

existe 29.483 estabelecimentos rurais no Acre ocupando área total de 3.528.543 hectares (21,5%). Aproximadamente 25.000 estabelecimentos são da agricultura familiar (IBGE, 2010).

A piscicultura foi a atividade de maior destaque no Acre nos últimos anos, apresentando crescimento de 57,1% entre os anos de 2013 e 2015. A quantidade de pescado produzido em 2016 no Acre foi 4.417,5 toneladas, com um valor de produção total de R\$ 33.114.000,00 (IBGE, 2016). Os investimentos do Governo do Acre no fortalecimento da piscicultura atingiram R\$ 24.288.000,00 em 2013 e R\$ 45.614.000,00 no ano de 2015. Os municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Senador Guiomard lideraram a produção de pescado (ACRE, 2017).

Entre 1998 e 2008, a agricultura apresentou um incremento de 34% na área cultivada no Acre, passando de 82,6 para 110,4 mil hectares cultivados (IBGE, 2010). O valor bruto da produção das lavouras temporárias, em 2015, alcançou R\$ 458.202.000,00, enquanto que as lavouras permanentes atingiram R\$ 93.687.000,00. Das culturas permanentes a banana é a mais importante, com 69 % de participação no valor da produção seguida da laranja (7%), café (5%) e borracha (5%). Entre as lavouras anuais, destaca-se a expansão da produção de mandioca e milho (ACRE, 2017).

No período entre 1998 a 2008, o plantel do rebanho bovino do Acre aumentou 168% e a produção de carne teve um aumento de 157 %. No caso da produção de leite, observou-se elevação de 113 %, gerando um aumento de 335% no valor bruto da produção (ACRE, 2017).

Produção extrativista vegetal: A produção extrativista acreana foi historicamente importante no Acre através do extrativismo da castanha-do-brasil e da seringueira, estando relacionada com a vida dos povos da floresta. Atualmente, a castanha e a madeira são os produtos com maior expressão no extrativismo vegetal (ACRE, 2018).

No período de 2011 a 2015, a exploração do açaí solteiro foi a espécie de maior destaque pelo crescimento expressivo da quantidade extraída (221 %) e do valor da produção (464 %).

Em 2015, o extrativismo da castanha e do açaí contribuíram juntos com R\$ 46.371.000,00 (57,42%) do valor adicionado. A lenha e a madeira em tora, somadas, representaram 38,38% do valor adicionado no mesmo ano (ACRE, 2017). Dessa forma, conclui-se que o extrativismo de produtos florestais não madeireiros ainda exerce um papel importante na economia local na renda, combate à insegurança alimentar e conservação da floresta.

Política de acesso à assistência técnica e extensão rural: A proposta de assistência técnica e extensão rural (Ater), no Acre, está alinhada à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e vem passando por um processo de mudanças desde 2004. A extensão agroflorestal no âmbito do Governo do Estado do Acre é de responsabilidade da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof).

Atualmente esse serviço foi, em parte, terceirizado para empresas credenciadas no Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (Siater). A execução é de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Re-

forma Agrária (Incra) através da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) vinculada à Casa Civil da Presidência da República e prestadores de serviços constituídos por empresas privadas e ONGs.

A Seaprof tem como diretriz promover a assistência técnica regular e de base agroecológica junto aos agricultores familiares, incluindo o atendimento às comunidades indígenas. Aproximadamente 15.300 agricultores familiares receberam assistência técnica e estavam com contrato de Ater garantida até 2014. Apesar desses registros, a análise do PPA (2016-2019) identificou que, na atual gestão estadual, a Ater não foi incluída como programa ou projeto no sistema de monitoramento, instrumento de acompanhamento das ações do governo federal (Dppasan, 2017). Assim, diversos projetos de Ater no campo apresentaram dificuldades na execução com a mudança política no governo federal, e contratos e convênios foram encerrados, ocorrendo falha no atendimento das demandas dos agricultores familiares.

4. SISTEMAS ALIMENTARES INCLUSIVOS E SENSÍVEIS À NUTRIÇÃO

O Acre apresenta um mosaico diversificado de modalidades de uso da terra no qual podem ser observados extremos: de um lado ocorre alta preservação ambiental com o estado ainda possuindo 86% de cobertura florestal e 41% de áreas protegidas, e, no outro extremo, a ocorrência de agroambientes degradados com extensas áreas de pastagem, exploração predatória dos recursos florestais e mau uso da terra, inclusive por uma parte dos agricultores familiares que adotam práticas agropecuárias pouco sustentáveis (SANTOS; SIVIERO, 2015).

No final da década de 1980 e início de 1990, o Acre foi marcado por uma grande mobilização social em busca de alternativas e resistência ao modelo de desenvolvimento rural que expulsava pequenos agricultores, extrativistas e indígenas de suas terras, ameaçando a perda de seu conhecimento, identidade cultural e modo de vida.

A conversão da floresta em pastagens promoveu de forma intensa o desmatamento, gerando êxodo da população rural para a cidade. O conflito gerou a necessidade de construir uma proposta de desenvolvimento capaz de conciliar o desenvolvimento econômico e social com a conservação ambiental com valorização da diversidade cultural dos povos tradicionais e indígenas, uso adequado dos recursos naturais, geração de renda e melhoria da qualidade de vida das populações que vivem na floresta (BORGES; OLIVEIRA, 2015).

Nesse contexto, algumas iniciativas ligadas à produção agroecológica no Acre foram adotadas por grupos de agricultores familiares indígenas e extrativistas, associações de produtores, ONGs e sindicatos. Merece destaque para a criação da Feira Orgânica de Produtos Naturais de Rio Branco, em 1998, que impulsiona o estabelecimento da agroecologia devido à venda direta de produtos orgânicos ao consumidor (SANTOS; SIVIERO, 2013). Paralelamente, foi criada a Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia (ACS Amazônia), que auxilia na capacitação de agricultores, visando apoiar o processo de certificação de produtos.

Um dos marcos históricos da agroecologia no Acre é a criação de Polos Agroflorestais idealizados como espaços privilegiados para a implantação de modelos produtivos menos

agressivos à natureza em diversos municípios do Acre. A missão dos polos é fortalecida pelo modo de organização social e produtiva da produção camponesa e familiar. A localização dos polos foi idealizada para ocupar áreas do cinturão verde das cidades do Acre, o que facilita o acesso ao público e alavanca a oferta de alimentos saudáveis com baixo impacto ambiental.

Entretanto, o Acre importa boa parte de alimentos convencionais e orgânicos de outras regiões do Brasil, devido a fatores como: baixa tradição agrícola; reduzida oferta de mão de obra especializada; alta distância do mercado de insumos; desarticulação de instituições e das políticas públicas para o setor agroecológico e a falta de tecnologia adaptada para a realidade da produção local.

O uso de agrotóxicos no Acre: O Brasil tem papel de destaque no uso indiscriminado de agrotóxicos, sendo o maior consumidor do planeta. Embora o Acre esteja classificado como vigésimo quarto consumidor de agrotóxicos do Brasil, com 714.603 kg em 2013, esse dado representa 5,41 kg de agrotóxicos aplicados por hectare de área plantada. Essa quantidade supera os estados do Amapá, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte e Amazonas. Por outro lado, até o ano de 2014 o Acre foi o que menos notificou casos de intoxicação de agrotóxicos (DPPASAN, 2017).

O Estado publicou a lei 2843/2014 que dispõe sobre a produção, recolhimento e destinação final das embalagens de agrotóxicos, delegando o controle sobre o uso e comércio dos agrotóxicos no território estadual ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre (IDAF) (ACRE/IDAF, 2016).

Em 2017, teve início a instalação do Fórum Acreano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, com o objetivo de integrar o estado às discussões no âmbito do Fórum Nacional de discussão sobre o uso de agrotóxicos. O espaço de debate aberto pela criação do fórum estadual visa implementar ações de proteção do meio ambiente, saúde do trabalhador e do consumidor no que se refere aos impactos negativos ocasionados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos (MPAC, 2017).

Abastecimento de alimentos no Acre: Em uma perspectiva multidimensional, o abastecimento alimentar é compreendido como:

(...) o conjunto diverso de atividades mediando a produção e o consumo de alimentos, que permite articular a promoção de modelos de produção socialmente equitativos, ambientalmente sustentáveis e culturalmente adequados, e a ampliação do acesso a uma alimentação adequada e saudável (CONSEA, 2014a).

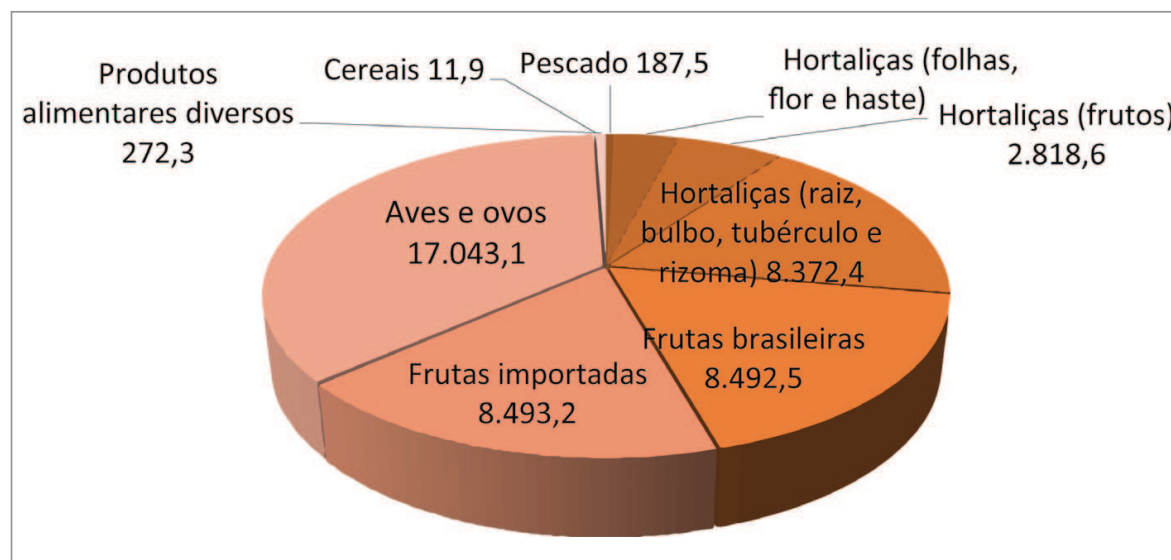
A definição do Consea a respeito do tema reflete a complexidade do abastecimento alimentar no contexto contemporâneo, evidenciando os desafios a serem enfrentados. A abordagem também confronta o atual modelo hegemônico de abastecimento alimentar operado por grandes redes de comercialização através de hipermercados gerador de impactos negativos e de forma sistêmica abala as dimensões sociais, ambientais e de saúde da sociedade atual (AHUMADA; VILLALOBOS, 2009).

As centrais de abastecimento alimentar geridos pelo Estado **são** espaços de armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção, operando em sete municípios: Sena Madureira, Manoel Urbano, Cruzeiro do Sul, Senador

Guimard, Acrelândia, Plácido de Castro e Xapuri. As centrais operam com frequência mensal, estando voltadas para o armazenamento de grãos, como milho e arroz.

Outras duas unidades de comercialização de maior dimensão operam no Acre. A primeira em Cruzeiro do Sul, denominada Central de Comercialização do Território da Cidadania no Vale do Juruá, e a segunda situada na Regional Baixo Acre, denominada Central de Abastecimento e Comercialização de Rio Branco (Ceasa Rio Branco). A Central do Vale do Juruá comercializou 72 tipos de produtos agrícolas e extrativistas da agricultura familiar, no segundo semestre de 2013, gerando R\$ 1.445.748,00 (DPPASAN, 2017). A Ceasa Rio Branco atende, em média, 363 agricultores familiares e, em 2013, gerou a comercialização de 17.000 toneladas de alimentos (Figura 1).

Figura 1 - Oferta de alimentos pela Ceasa Rio Branco em toneladas em 2013.



Fonte: (Dppasan, 2017).

Os municípios acreanos que mais comercializaram na Ceasa Rio Branco em 2013 foram: Acrelândia; Assis Brasil; Brasília; Bujari; Capixaba; Cruzeiro do Sul; Feijó; Manoel

Urbano; Plácido de Castro; Porto Acre; Rio Branco; Sena Madureira; Senador Guimard; Tarauacá e Xapuri.

Na Ceasa Rio Branco, são comercializados produtos de origem vegetal e animal importados de outros estados do Brasil, nem sempre da agricultura familiar, como: São Paulo, Pará, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia. Na Central de Abastecimento do Vale do Juruá, a maioria dos produtos são oriundos da agricultura familiar (DPPASAN, 2017).

A Ceasa Rio Branco é um dos principais pontos de comercialização e distribuição dos alimentos do PAA. Na Ceasa Rio Branco, foi implantado o Banco de Alimentos, visando minimizar o desperdício de alimentos, estimado em 30% entre a produção e o ponto de venda. Os alimentos após seleção são classificados e processados, sendo distribuídos gratuitamente para instituições de assistência social e organizações comunitárias.

Acesso à alimentação saudável e padrão de consumo local: O acesso aos alimentos saudáveis no Acre é o principal desafio que famílias e comunidades em situação de insegurança alimentar e nutricional. A análise de dados de aquisição alimentar domiciliar per capita anual, com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), permite avaliar a quantidade e a qualidade da alimentação da população do Acre.

A renda da população influencia diretamente na aquisição de alimentos. A renda média da população acreana oriunda do trabalho é 63,02%, sendo similar à média brasileira (63,09%). No entanto, a renda das famílias resultante

de programas sociais, como: aposentadorias, pensões e acesso a programas federais de transferência de renda no Acre chegam a apenas 10,04 % abaixo dos 19,35% da média brasileira (IBGE, 2009).

De acordo com dados da Pesquisa de Orçamento Familiar, a população do Acre destinou 26,53% do total da renda para a aquisição de gêneros alimentícios enquanto a média brasileira foi de 19,75%, superando apenas a despesa com habitação no Acre e no Brasil. A média acreana per capita de aquisição de alimentos por domicílio superou a média brasileira em relação às féculas, farinhas, massas e carnes estando abaixo da média de consumo brasileiro em relação a cereais, legumes, hortaliças, frutas, aves, ovos e laticínios (IBGE, 2009).

No contexto estadual, merece atenção a baixa aquisição local de pescado com apenas 10,69 kg/pessoa/ano se comparado com a média de 17,54 kg/pessoa/ano da região Norte. Outro aspecto importante revelado por essa pesquisa, é a relação entre a aquisição de hortaliças produtos essenciais para uma vida saudável e o rendimento mensal familiar.

Na região Norte, a aquisição de hortaliças por pessoa com renda até R\$ 830,00 é de 17,01 kg e de 41,30 kg/pessoa se a renda familiar é acima de R\$ 6.225,00, revelando um consumo 242,80% maior da população mais abastada. No caso do consumo de frutas, as pessoas de classes mais alta consomem 385,9 % a mais que a população pobre (IBGE, 2010). Esses dados reforçam a importância de políticas públicas que busquem promover o acesso a alimentos saudáveis com preços mais acessíveis às populações de baixa renda,

elevando a oferta de alimentos em quantidade e a qualidade via programas de SAN.

5. PAA E PNAE COMO FERRAMENTAS DE PROMOÇÃO DE CONSUMO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS

Em 2003 foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no âmbito do Programa Fome Zero. O objetivo principal era assegurar o acesso aos alimentos, especialmente, para as instituições assistenciais que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricionais através do fornecimento de gêneros alimentícios pela agricultura familiar.

Em 2011, o PAA no Acre investiu cerca de R\$ 6.000.0000 em 14 municípios, beneficiando 38.000 consumidores, 168 entidades e 673 agricultores familiares (ACRE, 2013). Em 2015, o PAA se expandiu para os 22 municípios do Acre com investimentos de R\$ 6,8 milhões beneficiando, aproximadamente, 71.000 mil consumidores, 2.000 agricultores familiares 393 instituições com destaque aos municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Porto Acre (ACRE, 2017; MDS, 2016).

Os resultados do ano de 2017 mostram uma forte redução dos recursos investidos no PAA. O volume de recurso em 2017 foi de R\$ 2,5 milhões, proporcionando a comercialização de 52 variedades de produtos, perfazendo um total de 875 toneladas de alimentos. Nesse ano, foram beneficiadas 402 entidades e 1.668 famílias de agricultores. O investimento no PAA previsto para o ano de 2018 através de recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário é de R\$ 3,5 milhões (DPPASAN, 2017).

Os alimentos adquiridos pelo PAA são distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, escolas da rede estadual e municipal de ensino, pacientes em hospitais públicos e beneficiários de organizações sociais com o objetivo de reduzir o índice de insegurança alimentar e nutricional. O maior entrave tem sido o escoamento da produção devido às más condições das estradas vicinais, precariedade de meios de transporte e redução de recursos do governo federal (Dppasan, 2017).

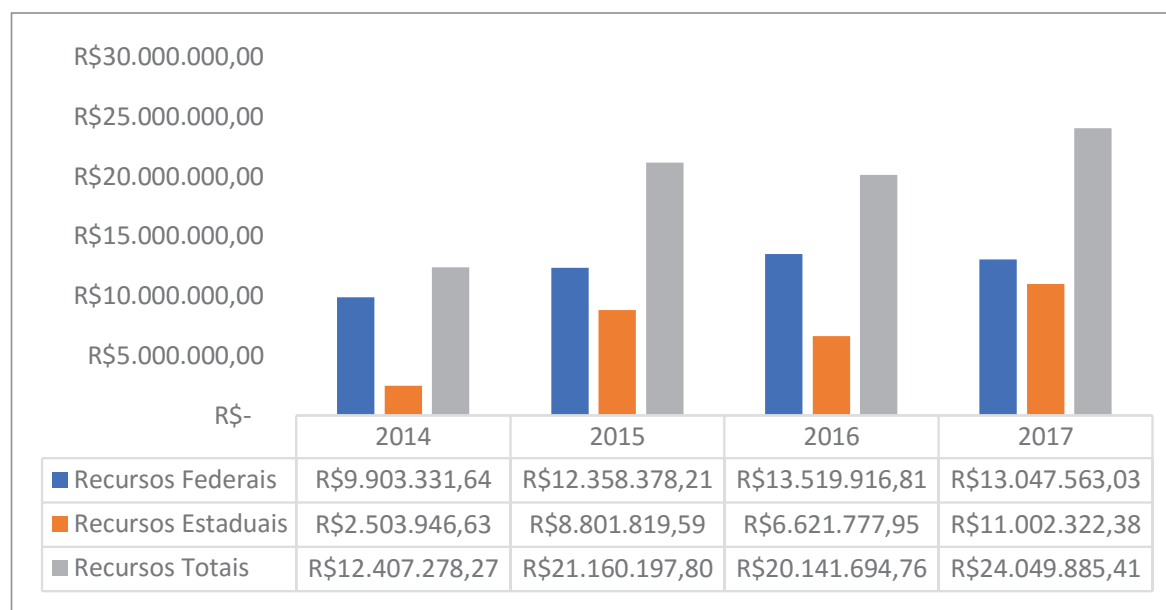
Outra iniciativa de acesso aos alimentos saudáveis pela população é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) implantado em 1955. O PNAE é tem relação direta com a SAN, pois busca contribuir para o desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e para a formação de hábitos alimentares saudáveis entre estudantes através de ações de educação alimentar e nutricional e da alimentação escolar saudável (BRASIL, 2018).

Segundo a Secretaria de Educação do Acre, as causas da dificuldade de execução do PNAE no Acre, o que dificulta a realização de um programa de formação continuada, são: a) ineficiência na logística de entrega para as escolas; b) e rotatividade das merendeiras da rede de educação pública devido à terceirização; e c) falta de ações permanentes de educação alimentar sobre o reaproveitamento dos alimentos (Dppasan, 2017).

Segundo o Setor de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação do Acre, em 2017 houve um incremento de 94% no investimento para a aquisição da alimentação escolar, pas-

sando de R\$ 12.407.278,27 em 2014, para R\$ 24.049.885,41. O Governo do Estado do Acre contribuiu com 20% do montante em 2014 e 46% (Figura 2).

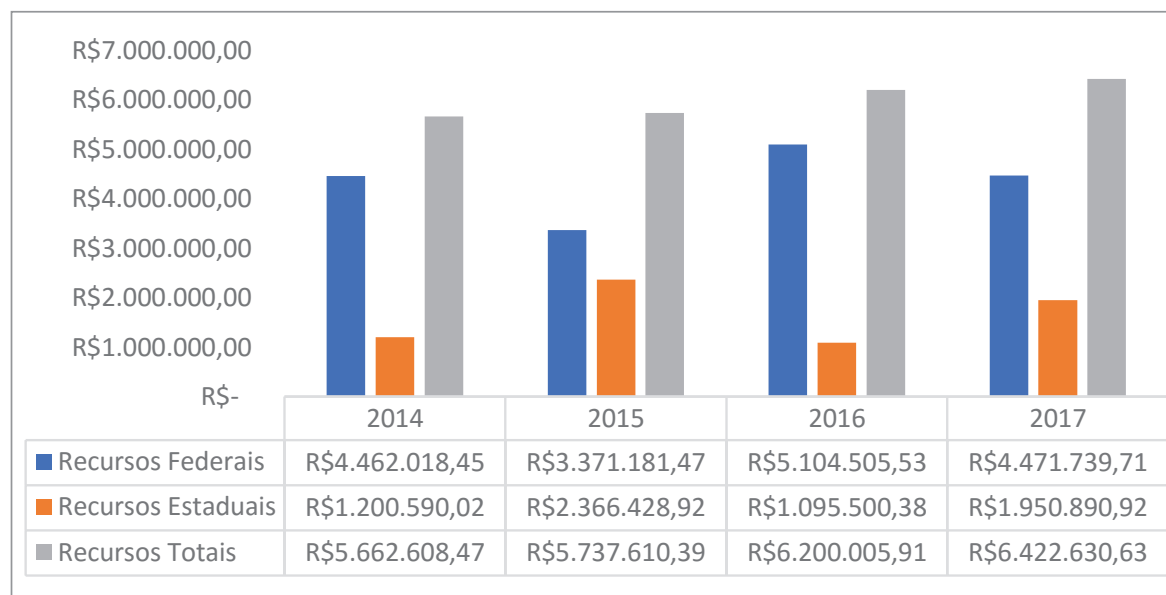
Figura 2: Investimentos na aquisição da alimentação escolar no período de 2014 a 2017.



Fonte: Setor de Alimentação Escolar/SEE-2017

A Lei Federal 11.947/2009 determina que 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional da Alimentação Escolar (FNDE) para a alimentação nas escolas brasileiras devem ser destinados à aquisição dos produtos da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais. Segundo dados do Dppasan (2017), no estado do Acre os recursos totais investidos na aquisição dos produtos da agricultura familiar não variaram significativamente nos últimos anos, passando de R\$ 5.662.608,40 no ano de 2014 para R\$ 6.422.630,60, e destes apenas 30% foram oriundos do governo estadual (Figura 3).

Figura 3 – Investimentos na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar no Acre entre 2014 e 2017.



Fonte: Setor de Alimentação Escolar/SEE-2017.

6. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E AS POLÍTICAS DE SAN NO ACRE.

A concentração de renda e de oportunidades de trabalho e emprego impactam diretamente na (in) segurança alimentar e nutricional da população. Esses parâmetros socioeconômicos podem ser avaliados pelo índice de Gini. No Acre, o índice de Gini em 2000 foi de 0,647 e em 2010 atingiu o valor de 0,639. Apesar dos avanços no combate à fome, desnutrição, extrema pobreza no Acre e no Brasil, que têm relação direta com a renda, não foi observada a redução da desigualdade de renda no Acre (DATASUS/MS, 2017).

Considerando critérios e dados socioeconômicos fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), observa-se que em uma década o Acre removeu 113 mil pessoas da condição de pobreza e 57 mil da condição de extrema pobreza.

Apesar dos avanços sociais significativos no Acre, o Censo de 2010 revelou que ainda há 216 mil habitantes em condição de pobreza e extrema pobreza. Em 2017, 125.106 famílias estavam inscritas no CadÚnico sendo: 80.039 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00; 16.480 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 e 19.364 famílias apresentavam renda entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo (DPPASAN, 2017).

O Programa Bolsa Família forneceu benefícios para 86.076 famílias, o que representa 45% da população do estado, em 2017, com uma cobertura de 113,4 % da estimativa de famílias pobres no estado. As famílias no Acre recebem benefícios com valor médio de R\$ 257,57. O valor total de benefícios transferido pelo governo federal às famílias no Acre em dezembro de 2017 foi de R\$ 22.170.410,00 e o valor total anual de repasse em 2017 foi de R\$ 260.853.784,00 (DPPASAN, 2017).

Analisando os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que considera a renda, longevidade e educação, o estado do Acre ocupa a 21^o posição em relação aos estados brasileiros. O município de Rio Branco possui o melhor IDH no estado, encontra-se na 1.107^a posição na classificação entre os municípios brasileiros (PNUD, 2010).

Os municípios acreanos de Porto Walter, Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo e Jordão apresentam os menores índices no estado, necessitando de ações urgentes e integradas por parte das três esferas de poder. Os municípios de Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Senador Guiomard e Mâncio Lima tiveram elevação dos seus indicadores no período entre 2000 e 2010 (Dppasan, 2017).

Empregabilidade: Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) sobre taxas de desocupação de pessoas revelaram que o nível de desemprego no estado do Acre ficou em 15,9%, perfazendo um contingente de 52 mil de desempregados no estado no primeiro trimestre de 2017. Em comparação com o primeiro trimestre de 2016, observa-se um aumento de 23 mil pessoas desempregadas em um ano.

Comparando com outros estados da região Norte, o Acre foi o estado que teve a terceira maior taxa de desocupação, superando apenas o Amapá (17,1%) e Amazonas (15,5%). Comparativamente, a taxa de desemprego do Acre (13 %) foi maior que a média brasileira (13 %) (IBGE/PNAD, 2017).

As informações relativas ao nível de emprego do Acre estão diretamente associadas a recursos para aquisição de alimentos e segurança alimentar e nutricional, uma vez que em média 30% da renda familiar representada pelos salários dos trabalhadores é comprometida com aquisição de alimentos no Acre (ACRE, 2018).

Algumas informações da PNAD são alarmantes para a Segurança Alimentar e Nutricional do Acre, apontando uma elevação de 62% no índice de exploração do trabalho infantil, no Acre entre, 2013 e 2014. Os casos de trabalho infantil elevaram o Acre a uma situação preocupante, apresentando a oitava maior taxa de ocupação de crianças e adolescentes com idades que vão de 5 a 17 anos com 9,7% do total de crianças e adolescentes, exercendo algum tipo de ocupação em 2014. Os municípios de Brasiléia, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia e Feijó apresentaram os maiores índices de exploração do trabalho infantil (IBGE/PNAD, 2015).

Acesso à água e saneamento básico: A água é um direito humano e não uma simples mercadoria. O censo demográfico coordenado pelo IBGE (2010) revelou que o Acre apresentou o número de domicílios com acesso à rede de distribuição de água mais baixa em relação às capitais do Brasil. A maioria da população do estado utiliza água proveniente de poços perfurados nas residências ou nascentes. A percentagem de domicílios sem acesso direto da rede é 39,28 %. As implicações são diretamente associadas a ocorrência de doenças veiculadas pela água, nem sempre tratada, ou elevação das contaminações advindas de fossas localizadas próximas à captação de água hídrica, sobretudo, no meio rural.

Em 2012, durante a segunda fase de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Comunitários (PDC no âmbito do Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (PROACRE), foram levantadas informações sobre a questão do acesso à água, incluindo o tratamento e as formas de captação da água pelas residências. O levantamento abrangeu cerca de 3000 famílias em 100 comunidades rurais de 18 municípios. Os resultados revelaram que 29% utilizam a cacimba; 26%, captam água de igarapés; 23%, usam poços e nascentes; 14%, utilizam água de rio e somente 1% das famílias tinham acesso à água tratada fornecida pela rede pública. As principais formas de tratamento da água informadas pelas famílias foram: utilizavam a cloração caseira (51%), filtragem (14%), coagem da água (10%) e os 24% restantes não realizam qualquer tratamento (DPPASAN, 2017).

A mesma pesquisa apontou que 63,45% dos domicílios acreanos ainda contam com soluções inadequadas para o

tratamento do esgoto doméstico. O lançamento dos resíduos líquidos oriundo de banheiros e lavatórios, em sua maioria, é feito em fossas assépticas rudimentares, rios, lagos ou no solo a céu aberto. A média do tratamento inadequado do esgoto no Brasil por domicílio é de 32,94% enquanto na região Norte é de 67,17%.

7. SAÚDE, NUTRIÇÃO E ACESSO A SERVIÇOS RELACIONADOS:

A saúde é particularmente importante quando se discute a segurança alimentar e nutricional, principalmente quanto ao sadio desenvolvimento físico e mental infantil. A associação entre desnutrição e extrema pobreza resulta em desenvolvimento infantil deficitário com desdobramentos negativos na fase adulta, dificuldades no rendimento escolar e acesso ao mercado de trabalho e agravamento das vulnerabilidades sociais do país. Assim, nos primeiros anos de vida de uma criança é essencial uma alimentação adequada e saudável (BRASIL/MS, 2013).

As carências nutricionais geradas pela falta de micronutrientes como a deficiência de vitamina A e a deficiência de ferro geram e agravam doenças pela subnutrição, tornando-as mais suscetíveis a doenças como a anemia. A cobertura de vitamina A no Acre, em 2016, foi de 86,33% para faixa etária entre 06 e 11 meses, superando a média para região Norte (53,72%) e a média nacional de 63,72% (DPPASAN, 2017).

Outra estratégia recém-criada pelo governo federal visando combater a desnutrição é o programa NUTRISUS que consiste em adicionar micronutrientes à alimentação das crianças em creches que fazem parte do Programa Saúde

na Escola. No Acre, nove municípios aderiram ao programa NUTRISUS, como: Acrelândia, Jordão, Manoel Urbano, Rio Branco, Santa Rosa do Purus, Brasiléia, Xapuri, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima (DPPASAN, 2017).

Souza e Farias (2011) realizaram um estudo sobre a prevalência de magreza e sobrepeso em estudantes nas escolas em Rio Branco, seguindo padrões de crescimento infantil estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de 2007. Nesse estudo, foram avaliados 706 escolares de 8 a 14 anos matriculados nas 3^a e 4^a séries de escolas públicas. Os resultados revelaram a frequência de 17,6 % de estudantes com sobrepeso e 3,0 % dos estudantes com magreza. Apenas o segundo dado da magreza está dentro do padrão aceitável. O estudo concluiu que o sobrepeso está emergindo como um sério problema de saúde pública em escolares de ensino fundamental de escolas públicas da área urbana de Rio Branco.

Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) sobre a relação peso versus idade de crianças com até 5 anos revelaram que na regional Baixo Acre e Purus apenas 1,05 % da população apresentou peso muito abaixo para idade e 5,51% da população apresentou peso acima do recomendado. A regional Juruá e Tarauacá/Envira apresentou índices de 2,11% de crianças com até 5 anos com peso muito abaixo para a idade e 5,76% com peso elevado para a idade. As percentagens de crianças obesas ou abaixo do peso no Acre ainda são relativamente próximas à média nacional (SISVAN, 2017).

A desnutrição é um importante fator de risco para morbimortalidade neonatal e infantil. A relação de morbimor-

talidade neonatal é obtida a partir do peso ao nascer em relação à mortalidade infantil. O baixo peso ao nascer, quando não associado à prematuridade, expressa o retardo do crescimento intrauterino e está relacionado à baixa condição socioeconômica da família e a assistência materno-infantil. Ou seja, quanto mais alta é a proporção de nascidos vivos de baixo peso, mais grave é o problema de nutrição e de saúde pública na localidade. Nesse sentido, o relatório de investigação da desnutrição infantil em crianças menores de cinco anos gerado pelo programa da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil (ANDI/Sisvan) apontou que, no Acre, o número de casos de morbimortalidade neonatal e infantil subiu de 8.814 para 12.757 entre 2012 e 2014

O Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos no Acre (Sinasc/Acre) apresentou uma série histórica do registro de nascidos vivos com baixo peso ao nascer. Os resultados revelarem que entre oito anos (2010 e 2017) a média quantidade de nascidos vivos com baixo peso no Acre se manteve estável perto de 7,45 %. A situação acreana nesse aspecto é preocupante nos seguintes municípios: Jordão (11,05 %); Rio Branco (8,6 %); Manoel Urbano (8,56 %); Senador Guiomard (8,45 %) e Porto Acre (8,18 %). A padrão internacional considerado aceitável sobre o registro de nascidos vivos com baixo peso ao nascer é de até 10% (ONU, 1990).

O Acre é o estado com maior índice percentual de nascidos vivos de mães entre 0 e 19 anos de idade atingindo 27% em 2015. Outro dado negativo é alta taxa mortalidade na infância por mil nascidos vivos com 19,5 % sendo líder no Brasil neste quesito (ABRINQ, 2017).

8. EDUCAÇÃO REGULAR E PROFISSIONAL NO ACRE

A segurança alimentar e nutricional é uma área multissetorial, inter profissional e multidisciplinar que deve convergir às políticas públicas e vontade política. O SAN não é a simples distribuição de alimentos, e nem apenas a educação informal irá permitir o acesso das pessoas à boa alimentação. A educação formal tem papel basilar no avanço da SAN no Brasil, sendo um importante meio de promoção de uma boa alimentação. A partir dos processos educativos e culturais se pode compreender a realidade na qual ocorrem os problemas nutricionais e suas possibilidades de soluções (OLIVEIRA, 2007).

As baixas taxas de rendimento escolar na infância no meio rural onde se concentram os agricultores familiares, povos tradicionais e indígenas acreanos são alarmantes. A taxa de aprovação no ensino fundamental no meio rural em 2015 foi de 84,5% (6 % abaixo da média estadual geral). A percentagem de evasão escolar ou abandono é de 3,4% e de reprovação foi de 12,1% (2,3% acima da média estadual geral), segundo os indicadores do INEP (2016). A baixa taxa de rendimento e de abandono escolar no meio rural infantil têm impacto negativo direto na segurança alimentar e nutricional nas comunidades rurais. A escola, muitas vezes, é o único local em que as crianças têm acesso a refeição adequada e saudável tão importante no desenvolvimento cognitivo, físico e intelectual.

Entre as causas da alta evasão dos estudantes do ensino fundamental rural estão a distância entre a escola e a casa, falta de transporte escolar, doença ou mesmo falta de um responsável para acompanhar a criança até a escola e irrespon-

sabilidade dos pais ou responsáveis. No caso do ensino médio e nos últimos anos do ensino fundamental, foi observado que faltam escolas e professores e os pais proíbem os filhos de frequentar a escola devido ao trabalho doméstico, na agricultura, em casa ou no trabalho.

A falta de acesso a uma educação de qualidade pode convergir para escolhas alimentares que geram consequências como obesidade e subnutrição. Há necessidade urgente de uma atuação pública integrada por parte do governo do Acre, facilitando o acesso à educação, o que é fundamental, visando à elevação da escolaridade e, por conseguinte, à segurança alimentar e nutricional.

No Brasil, as desigualdades regionais são bastante evidentes. As regiões Nordeste e Norte são aquelas que elevam a taxa brasileira de analfabetos. O IPEA (2010) revelou uma alta concentração de analfabetos no grupo etário acima de 40 anos. Na população rural, o Acre apresentou um total de 16,5% de analfabetos sendo, no entanto, menor que a média nacional de 22,9 % de analfabetos. Contudo, o estado apresentou quase a metade de seus municípios com alta taxa de analfabetismo, ficando atrás de estados como o Amazonas (33,9%), Roraima (26,7%), Pará (7%) e Tocantins (5,0).

O acesso da população à educação técnica e profissionalizante representa uma importante oportunidade para a juventude se capacitar e se inserir no mercado de trabalho, elevar a renda familiar, ampliando a possibilidade de satisfazer as suas necessidades básicas, inclusive, a alimentar e nutricional.

Atualmente, o Acre conta com instituições públicas e privadas que desenvolvem atividades de formação técnica e profissional, como: Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi, Sistema S (Sesc, Sest-Senat, IEL, Sebrae, Senar, Senac, SESCOOP, Senai, Sesi) e o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac). (DPPASAN, 2017).

Com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) no Brasil. Esse programa federal oferece cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância. No âmbito do projeto Brasil sem Miséria, o Pronatec efetuou 28.331 matrículas no estado do Acre para o período entre 2012 e 2014. O programa vem ocupando importante papel na fixação do jovem na zona rural através do Pronatec Campo (DPPASAN, 2017).

O Pronatec Campo tem como entidade demandante a Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Acre e a instituição ofertante é o Ifac. O programa conta com a parceria da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof) com a colaboração das associações, cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais e prefeituras. Os cursos ofertados em 2015 foram: operador de máquinas e implementos agrícolas, aquicultor, agricultor familiar, preparador de pescado, viveirista de plantas e flores, auxiliar técnico de agropecuária e criador de peixe em viveiros escavados (DPPASAN, 2017).

Em 2013, a oferta foi de 34 cursos para 16 municípios com oferta de 1.210 vagas. Em 2014 a oferta de cursos subiu

para 228, abrangendo os 22 municípios do Acre com oferta de 7015 vagas, demonstrando o alcance do programa no meio rural local (DPPASAN, 2017). A importância do programa para a geração de oportunidades para a qualificação da mão de obra local é inegável. A sua atuação como uma estratégia para buscar alternativas para a juventude rural tem impacto direto na segurança alimentar e nutricional.

9. POVOS TRADICIONAIS E INDÍGENAS E AS POLÍTICAS DE SAN NO ACRE

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) foi instituída pelo Decreto 6.040/2007, definindo essas pessoas como grupos culturalmente diferenciados. Entre os PCTs do Brasil estão os povos quilombolas, comunidades de terreiro, extrativistas, ribeirinhos, caboclos, pescadores artesanais e outros. Dada a grande importância dos PCT, a III Conferência Nacional de SAN definiu como diretriz da PCT a ampliação e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais (MDS, 2015). A análise da questão da vulnerabilidade dos PCTs no contexto da SAN no estado do Acre é um desafio face a escassez de estudos acadêmicos e de levantamentos oficiais sobre o tema.

A organização das comunidades extrativistas, no Acre, originou-se com o movimento de seringueiros na década de 1970, através dos empates ao desmatamento em 1976, que resultaram na organização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e na formação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985. Atualmente, o Acre possui cinco Reser-

vas Extrativistas: Chico Mendes, Alto Juruá, Cazumbá Iracema, Riozinho do Liberdade e Tarauacá (ACRE, 2010), com raros dados sobre políticas de SAN junto à essas comunidades (DPPASAN, 2017).

As comunidades de terreiro no Acre sofrem ainda mais com a falta de reconhecimento e de informações sobre suas necessidades, importância, dificuldades e desafios. Isso indica a urgente necessidade de estudos sobre os Povos e Comunidades Tradicionais do Estado. Atualmente, esse grupo social possui representação no Consea, o que pode contribuir para a discussão e planejamento para o desenvolvimento de ações de SAN (Dppasan, 2017).

No Acre, existem 36 Terras Indígenas (TI) reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), somando-se 2.439.982 de hectares, sendo distribuídas em 11 dos 22 municípios, perfazendo 16% de todo o território estadual. Há ainda considerável população indígena de diferentes etnias residindo em centros urbanos, a maior parte em Rio Branco (Dppasan, 2017). A população indígena total do Acre é de 23.411 indígenas, representando 16 etnias distribuídos em 221 aldeias, conforme dados da Assessoria de Assuntos Indígenas do Governo do Acre (2017b).

Segundo o Censo Demográfico de 2010, a população preta e parda do Acre representa 71,2% das pessoas extremamente pobres do Estado. Por outro lado, em comparação com o país e com a região norte, no Acre, reside a maior população de indígenas com renda *per capita* inferior a R\$ 70,00 distribuídos em cinco municípios. A população indígena considerada extremamente pobre está distribuída em seis municípios:

Santa Rosa do Purus (21,4%), Feijó (15,6%), Jordão (13%), Marechal Thaumaturgo (9,7%), Mâncio Lima (7,6%) e Sena Madureira (7,4%).

O Plano Acre sem Miséria relatou que a severidade da pobreza é maior na zona rural que na zona urbana acreana. Dentre as pessoas que moram na cidade, 9,3 % são extremamente pobres enquanto na zona rural esse percentual é de 41,7%, gerando uma contradição, uma vez que a maior parte da produção de alimentos é realizada na zona rural. Boa parte das famílias indígenas do Acre acessam o programa Bolsa Família, o que trouxe resultados controversos, pois, além de incentivar a redução da produção agrícola, os indígenas gastam os recursos recebidos na cidade com alimentos que passam a não mais produzir, fazendo-se necessários ajustes no programa para as comunidades indígenas (DPPASAN, 2017).

Dentre os povos indígenas que comercializam alimentos junto ao PAA está o povo Asheninka da Terra Indígena Kampa e do Rio Envira que comercializaram 11,87 toneladas de feijão (*Phaseolus vulgaris, L.*) variedade peruano, na cidade de Feijó, nas safras de 2012 e 2013. (ARAÚJO; KUBO, 2017). Os índios Asheninka mesmo não contando com linhas de crédito específicas, insumos agrícolas ou assistência técnica rural produzem o feijão peruano em grande quantidade para consumo e venda do excedente. A política pública do PAA aplicada a SAN dos indígenas deve ser aprimorada, carreando a destinação da produção também para as escolas indígenas da região, uma vez que recebem alimentação distinta dos hábitos alimentares tradicionais.

A produção de bens voltada ao mercado se não diversificada pode impactar no autoconsumo, conseqüentemente,

na sua segurança alimentar e nutricional. A nova organização produtiva e de mercado não pode ser vista como algo não estruturante para essas comunidades. O etnodesenvolvimento para o povo Ashaninka é o consumo de bens de produção de forma não predatória sem prejuízo às necessidades básicas locais (AZANHA, 2002; SALGADO, 2005;).

Merece destaque o trabalho de formação dos agentes agroflorestais indígenas (AAFI). Segundo Gavazzi (2012), os AAFI são jovens e adultos indígenas formados para gestão ambiental e territorial das terras indígenas associados a uma ação educacional desenvolvida pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), uma organização não governamental fundada em 1996. Os agentes agroflorestais realizam trabalhos de fortalecimento da segurança alimentar e nutricional por meio da diversificação da produção com recursos públicos de projetos sociais.

10. DESAFIOS PARA A SAN NO ACRE

Apesar do avanço que ocorreu nas últimas duas décadas, referente à agenda de segurança alimentar no cenário político, institucional e jurídico no Brasil, esse quadro tem sido desestruturado pelos cortes de recursos que ocorreram no período recente impetrados pelo governo federal a partir de 2016.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2018) analisou a proposta orçamentária que o governo federal encaminhou para o Legislativo no relatório do Orçamento 2018: Brasil à beira do caos. A parte mais afetada pelo programa de austeridade do governo será a população do campo e de baixa renda, devido à redução de 85% no Programa de Segurança Alimentar,

com cortes lineares de 44% nos recursos para a reforma agrária; 37% da verba para o fortalecimento da Agricultura Familiar. Essas medidas impactaram o Acre que captava grande parte dos recursos de promoção da SAN junto ao governo federal.

O Acre, assim como os demais estados da Amazônia, possui característica muito peculiar que é alta dependência de políticas públicas, programas e redes de articulação entre instituições governamentais e não governamentais.

Urge a necessidade de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional para o atendimento especial das formas de vida dos vários povos da floresta devido a diversos fatores locais, como: isolamento geográfico de suas comunidades e dos centros urbanos das outras regiões do país; recente histórico de ocupação; dificuldade de acesso; alto custo de insumos agrícolas; baixíssima capacidade orçamentária dos municípios.

Dessa forma, o Pesan-Acre seguindo os fundamentos do Plano Nacional de SAN (PLANSAN 2016-2019) incorporou no seu desenvolvimento os desafios correlacionados com as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), vinculando a cada desafio as ações e metas relacionados aos programas e ações de SAN que deverão ser executados pelo Estado. Os critérios de construção desses desafios foram obtidos a partir das propostas das conferências nacional e estadual de SAN além das prioridades dos encaminhamentos da Conferência Estadual e nas oficinas participativas regionais e municipais como subsídio de construção do PESAN-Acre 2018-2019. Os seis principais de SAN prioritários para o Acre estão apresentados a seguir:

Desafio 1 – Combate à insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social e produtiva de grupos populacionais específicos, com ênfase aos povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural e urbano.

- ✓ Implementação de sistema de acompanhamento da evolução da segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas do Programa Bolsa Família (PBF);
- ✓ Fortalecimento do Sisan no estado junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário com a criação e implementação dos conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional e a capacitação dos gestores públicos para monitoramento e avaliação do Pesan-Acre 2018-2019;
- ✓ Atuação do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável no âmbito local visando dar suporte às ações do Conselho de SAN municipal;
- ✓ Incentivo aos planos municipais de SAN como um fator determinante para os índices de insegurança alimentar e nutricional nos municípios e direcionamento de estratégias e políticas municipais.
- ✓ Criação de um fundo específico para o Sisan no Acre, permitindo o repasse fundo a fundo e com financiamento das três esferas de governo.

Desafio 2 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base sustentável.

- ✓ Reconhecimento e fortalecimento da agricultura familiar acreana para que esse público possa elevar a produção sustentável de alimentos de forma planejada, com apoio e orientação técnica para o melhor desenvolvimento da produção orgânica/agroecológica como o arroz, feijão, milho, legumes e verduras em geral;
- ✓ Elevar a oferta de produtos certificados com o selo de orgânicos ou agroecológicos da agricultura familiar; promover esclarecimento sobre a diferença entre alimentos orgânicos e agroecológicos e reivindicar políticas públicas que fomentem a transição do sistema convencional de produção para o sistema agroecológico;
- ✓ Denunciar a redução das ações de Ater como; crédito, projeto técnico de assistência técnica, comercialização em função de sua importância para o sucesso da produção de alimentos saudáveis no estado e nos municípios;
- ✓ Investir no fortalecimento das organizações produtivas, com capacitação e treinamento em produção de farinha, derivados do leite e doces, além da gestão administrativa e financeira das organizações produtivas e sociais;
- ✓ Abertura e vagas e de concursos públicos para contratação de extensionistas com perfil de atuação na produção agroecológica, na perspectiva do Dhaa e da SAN, é necessária para a retomada do fortalecimento das ações de Ater no Acre.

Desafio 3 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população acreana à alimentação adequada e saudável.

- ✓ Fomento às políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- ✓ PNAE: Exigência do cumprimento da Lei 11.947 de 2009, que institui a obrigatoriedade de aquisição de 30% do recurso repassado pela União em alimentos da agricultura familiar.
- ✓ Utilização de produtos regionais na alimentação escolar como frutas e verduras na diversificação do cardápio diário, sendo, ainda, compatível com a cultura local.
- ✓ Capacitação dos profissionais da alimentação escolar como cozinheiras e suas auxiliares para aproveitamento integral dos alimentos;
- ✓ Criação e/ou implementação dos conselhos da alimentação escolar;
- ✓ Construção e implementação de mercados municipais, feiras de agricultores familiares e indústrias de beneficiamento com destaque aos alimentos agroecológicos com ações passando pela participação e controle social;
- ✓ Realização de festivais e feiras gastronômicas de abacaxi, açaí, peixe, melancia, amendoim, entre outros com capacitação contínua dos feirantes e de todos os envolvidos na logística dos eventos;
- ✓ Melhorar a infraestrutura logística que impacta diretamente as políticas de abastecimento alimentar no Acre, visto que o isolamento de algumas comunidades, as secas e enchentes que ocorrem afetam diretamente o abastecimento de alimentos

tanto por esses povos quanto desses povos, como a escassez de produtos nos mercados e as altas dos preços dos alimentos.

Desafio 4 – Fomentar a economia sustentável das florestas e dos povos e comunidades tradicionais e indígenas acreanos para a alimentação adequada e saudável.

- ✓ Investimento no uso de sementes nativas para potencializar o desenvolvimento de cadeias produtivas vegetais dos povos da floresta, como a castanha, mandioca, feijão, açaí e demais espécies frutíferas;
- ✓ Valorização de sementes nativas através da criação de bancos de sementes nativas na região com respaldo de políticas públicas estaduais.
- ✓ Garantir políticas de SAN para os indígenas, haja vista que em algumas aldeias indígenas há uma dificuldade de acesso à água potável e a alimentação é pouco diversificada.

Desafio 5 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural e urbano.

- ✓ A efetiva fiscalização no abastecimento da água com qualidade tanto para consumo quanto para produção agrícola nas áreas urbanas e rurais;
- ✓ Controle da questão da contaminação da água e os prejuízos à alimentação e saúde da população.
- ✓ Regulação do uso de agrotóxicos como os herbicidas usados em pastagens próximo a rios e igarapés e seu potencial

de contaminação dos recursos hídricos aumentando o risco à saúde humana.

Desafio 6 – Promoção do acesso às políticas públicas de saúde humana e educação regular e profissional para a garantia da alimentação adequada e saudável.

- ✓ Redução dos índices de mortalidade infantil no meio rural do Acre, principalmente entre os povos indígenas. Como ação emergencial deve-se realizar um diagnóstico da situação de SAN nas aldeias, com aperfeiçoamento da gestão inter setorial.
- ✓ Incentivar a alimentação saudável e combater a má alimentação impactando na qualidade de vida e na saúde dos indivíduos.
- ✓ Atendimento da demanda significativa no Estado em capacitação dos agentes públicos e de atores da sociedade civil organizada que atuam com a temática da SAN de modo que o Sisan seja reconhecido pela sociedade acreana a partir de estratégias de educação e divulgação permanente pelo Estado.
- ✓ Articular nos municípios estudos e pesquisas para qualificação do Sisan na região, como a implementação de departamentos, setores e gerências de SAN dentro de algumas secretarias que possam garantir a realização de estudos e pesquisas em SAN.
- ✓ Participação e o controle social em ações intersetoriais das políticas públicas em prol da SAN a favor de um Sisan realmente articulado no Acre de modo a garantir a intersetorialidade em rede da SAN a partir dos mecanismos de planejamento em cada município;

- ✓ Realização de campanhas informativas sobre SAN, de forma a conscientizar a população acreana como palestras, reuniões nas escolas, divulgação nas rádios e redes sociais e visitas de nutricionistas nas escolas e nas casas da comunidade.

11. PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES PARA A SAN NO ACRE

Este tópico do texto busca discutir temas centrais para as políticas de segurança alimentar e nutricional no Acre, enfocando o Plano Estadual de SAN recentemente elaborado como instrumento de planejamento da ação política ligada à SAN do governo estadual. O Plano Estadual de SAN contribui com a agenda e temas que não constam de forma direta nas metas do Pesan-Acre 2018-2019.

Embora haja certa correlação entre o Plano Plurianual 2016-2019 do Acre e o Pesan-Acre 2018-2019, observa-se que o PPA acreano não prevê ações de garantia do DHAA ou de SAN de forma direta no seu planejamento. Analisando ambos os documentos, é possível identificar 19 ações que dialogam com a temática da segurança alimentar e nutricional. Algumas ações são executadas pelas secretarias de governo são relacionadas a SAN, no entanto, não estão descritas de forma concreta no PPA.

O Plano Estadual de SAN representa um importante instrumento de interesse público, que possibilita a criação de novas alternativas institucionais e assegura a constituição e fortalecimento de efetivas parcerias em SAN. O Plano Estadual de SAN está consubstanciado pelas ações referentes a SAN do PPA junto com as contribuições das conferências e oficinas do

Plano 2016-2019. O Pesan-Acre é essencialmente composto por seis desafios, 19 ações e 112 metas com monitoramento constante. As metas estão relacionadas com previsões tanto no PPA 2016-2019 quanto no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Estratégica (Siplage), do governo do Acre (ACRE, 2018).

O Pesan-Acre é referente aos dois últimos exercícios financeiros do PPA 2016-2019. Dessa forma, somente o que não foi executado no PPA nos anos de 2016 e 2017 foi contemplado no Plano Estadual de SAN. Observa-se a ausência de temas importantes como: inclusão produtiva das mulheres rurais, sementes e alimentação escolar.

Na execução parcial do PPA 2016-2019, não foram contempladas as metas contidas no plano plurianual ações estruturantes da Política Nacional de SAN, demonstrando, assim, a importância da construção do próximo Pesan-Acre (2020-2023).

Recomenda-se que em 2019 haja uma movimentação pela Caisan e Consea Acre no sentido de construir de forma participativa debates regionais e locais com governos locais e movimentos sociais afetos à temática de SAN. Esses encontros são importantes para subsidiarem a formulação de novos objetivos, programas, ações e metas que não foram contempladas anteriormente.

A proposta de novas metas deverá ser referência para a construção do próximo Pesan-Acre, visando fomentar ações diretas de SAN no planejamento e orçamento estadual e influenciar na construção do próximo PPA 2020-2023 com todas as secretarias setoriais envolvidas com a temática de SAN.

Portanto, um dos temas centrais para as políticas de SAN não abordados até o momento foi a promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, como exemplo, as políticas de transferência de renda e distribuição de alimentos.

As metas de combate da InSAN ainda não cumpridas devem ser priorizadas como: a) redução do déficit de peso e combate à obesidade; b) redução do déficit de altura no público infantil; c) elevação de índices de amamentação inclusive entre povos e comunidades tradicionais; d) acompanhamento pela atenção básica de saúde principalmente para as pessoas em situação de vulnerabilidade social; e) coleta contínua de dados sobre o Programa Saúde na Escola; f) estimular ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN); e g) estudos sobre agravos da má alimentação, alimentação saudável e controle de riscos.

Nesse contexto, recomenda-se a promoção da EAN como um dos eixos a serem implementados pelo próximo PPA do Estado do Acre em todas as instâncias da educação formal de responsabilidade do Governo do Acre através da implementação de ações como: a) ampliação do quadro de profissionais de nutrição nas escolas públicas com a contratação de um profissional por escola; b) contratação de pelo menos um profissional para atender no máximo 10 escolas; e c) ação diferenciada para a zona rural e urbana, conforme as especificidades identificadas;

Em relação à produção sustentável de alimentos saudáveis, são necessários: a) incentivos da adoção de sistemas

agroecológicos que tratam diretamente de uma transição agroecológica e de incentivo às iniciativas agroecológicas já existentes no Acre; e b) promoção de políticas específicas para mulheres e juventude produtores de alimentos saudáveis.

Urge a inclusão em SAN dos temas agrotóxico, distribuição de sementes, mudanças climáticas e da produção de alimentos adequados e saudáveis pouco explorados no PPA 2016-2019 que dialogam fortemente com a promoção da SAN.

O abastecimento alimentar regular e permanente da população acreana à alimentação adequada e saudável necessita de metas como a legislação sanitária, redução de perdas e do desperdício de alimentos, redução de desertos alimentares e incentivo à agricultura urbana.

Verifica-se a ausência de metas específicas de SAN para povos e comunidades tradicionais de terreiro e temas de gênero com recorte para o público de povos e comunidades tradicionais e seus reflexos nas políticas de SAN.

Destaca-se que o Sisan Acre é um sistema muito recente e ainda está em fase de construção, sendo necessário criar respeito junto à população local tal qual o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, constituindo-se um desafio a sua implantação no Acre com participação e controle social em metas que tratam da consolidação e implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Os temas aqui abordados, pela sua importância, devem ser objeto de discussão, articulação e planejamento para os governos estadual e municipal e sociedade civil organizada,

visando construir o segundo PESAN-Acre de forma mais próxima das reais demandas da população acreana.

A construção do segundo Plano Estadual de SAN, simultaneamente à construção do próximo PPA (2020-2023) possibilitará que as metas de SAN possam ser contempladas e ajustadas no planejamento plurianual do Estado, permitindo monitoramento mais efetivo das metas.

O segundo Pesan Acre precisa ser composto de corpo técnico para o monitoramento para discutir e deliberar sobre as metodologias de construção e execução, estando vinculado à Caisan estadual. O Acre, até o presente momento, não instituiu uma política estadual sólida de segurança alimentar e nutricional.

O Pesan Acre compreenderá as diretrizes dadas pelo artigo 21 do Decreto 7.272/2010, e o monitoramento e avaliação da Política Nacional de SAN deverão ser feito por sistema constituído de instrumentos, metodologias e recursos capazes de aferir a realização progressiva do direito humano à alimentação.

O sistema de monitoramento terá como princípios a participação e controle social, equidade, transparência, publicidade e facilidade de acesso às informações. Deverá organizar, de forma integrada, os indicadores que devem ser monitorados, existentes nos diversos setores e contemplar as seguintes dimensões de análise: a) produção de alimentos; b) disponibilidade de alimentos; c) renda e condições de vida; d) acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; e) povos e comunidades tradicionais; f) saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; g) educação; h) programas e ações re-

lacionadas à segurança alimentar e nutricional; e i) economia sustentável das florestas.

Esse sistema ainda deverá identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do Direito Humano à Alimentação Adequada, como os povos e comunidades tradicionais indígenas e de matriz africana, consolidando dados sobre desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero.

Dessa forma, o monitoramento do Pesan Acre objetiva acompanhar a execução das ações governamentais voltadas para a promoção da SAN e aferir o desempenho da atuação governamental. A Caisan Acre é a instância responsável por tornar públicas as informações relativas à SAN da população acreana, adequando as competências do §3º, art. 21, decreto 7.272/2010, para o âmbito estadual.

A Caisan Acre deve discutir, planejar e elaborar a criação de um grupo de trabalho responsável pela realização de ações públicas de SAN, visando a montagem do sistema de monitoramento que exigirá a estruturação de uma base de dados para avaliação dos programas desenvolvidos no Estado do Acre.

O sistema deve permitir que o grupo realize o monitoramento sistemático, bem como a elaboração de relatórios de caráter contínuo de análise da evolução dos desafios, ações e metas das políticas de SAN. O conjunto de informações gerado nas atividades de monitoramento é fundamental para a prestação de contas da ação governamental à sociedade.

Assim o Estado deve de garantir a realização das metas, fortalecendo o sistema de informação das ações de SAN,

conforme o já estruturado Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Estratégica do Governo do Acre (Siplage). O Grupo de Trabalho da Caisan Acre deve estabelecer junto ao Consea Acre um calendário anual de reuniões a fim de estabelecer os indicadores e monitorarem efetivamente o cumprimento das ações e metas definidas no Pesian Acre.

Os indicadores de avaliação deverão ser objeto de discussão em um seminário técnico a ser organizado pela Caisan Acre. A matriz dos indicadores deverá ser construída tendo como referência o Plansan 2016-2019 e servirá de base na construção ou reformulação de indicadores de monitoramento da situação da SAN no Acre.

A política estadual de SAN pode ser mais eficaz se tiver relacionada a outras políticas públicas relacionadas à promoção da saúde e bem-estar da população acreana como: a produção orgânica e agroecológica de alimentos e no fortalecimento da agricultura familiar e das políticas sociais a grupos mais vulneráveis.

Dessa forma, evidencia-se a premência da discussão e formulação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica no Acre, conforme orientação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a qual pode ter protagonismo do Consea junto à Comissão Permanente de Orgânicos (CPOrg), dentre outras organizações da sociedade civil, visando o fortalecimento da agricultura familiar agroecológica e da SAN no Acre.

A integração nas ações conjuntas e dos orçamentos da assistência social, saúde, produção agropecuária e educação

deve ocorrer e ser articulada entre os órgãos e entidades da administração pública estadual afetos à área de segurança alimentar e nutricional.

Uma proposta de agenda coletiva para garantia da maior abrangência e efetividade na ação pública relacionada à SAN é necessária para além do Pesan Acre. É de suma importância que a Caisan e o Consea Acre direcionem esforços para discussão e aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado (Losan) que possibilitará a estruturação do marco legal da SAN, no estado, auxiliando no estabelecimento de diretrizes e princípios para regulamentação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

12. REFERÊNCIAS

ABRINQ, FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. A criança e o adolescente no ODS. Marco zero dos principais indicadores brasileiros – ODS. 1, 2, 3 e 5. São Paulo. 2017.

ACRE, Governo do Estado do. **Acre em Números 2013**. Rio Branco-Ac, 211 p. 2013.

_____. **Acre em Números 2017**. Rio Branco-Ac, 92 p, 2017.

_____. Dados da Assessoria de Assuntos Indígenas. Rio Branco. 2017b.

_____. INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL (IDAF). Defesa Vegetal. **Agrotóxicos**. Rio Branco. 2016.

_____. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre**. Fase II – Documento Síntese. Rio Branco: SEMA, 2010.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS. **Diagnóstico das Políticas, Projetos e Ações de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Acre – DPPASAN**. Rio Branco. 163 p. 2017.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS. **Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – Pesan/Acre**. Rio Branco. 136 p. 2018.

AHUMADA, O., VILLALOBOS, J. R. **Application of planning models in the agri-food supply chain: A review**. European Journal of Operation Research. 195, p. 1-20. 2009.

ARAÚJO, M. de L. L. de; KUBO, R. R. **Segurança Alimentar e Nutricional e Povos Indígenas: a experiência dos Asheninkas do Alto Rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v. 38, n. 132, p.195-210, 2017.

AZANHA, G. **Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil**. In: LIMA, A. C de S; BARROSO-HOFFMANN, M. (Orgs.). Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa: LACED, 2002.

BORGES, E. A.; OLIVEIRA, H. S.; **O intercâmbio na praxis agroecológica no Acre: lições do Pesacre**, In.: SANTOS, R.C.; SIVIERO, A. Agroecologia no Acre, Editora do Ifac. Rio Branco. 2015. p. 77-87.

BRASIL. CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – Caisan. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019**. 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/plansan_2016_19.pdf. Acesso em: 7 dez. 2017.

_____. LOSAN – Lei de Segurança Alimentar e Nutricional n. 11.346, de 15 de set. de 2006. Cria o SISAN, Brasília, DF, setembro de 2006.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**, Disponível em <http://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/pnae>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE – MS. Manual Instrutivo para Implementação da Agenda para Intensificação da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil. Brasília/DF. 2013.

_____. DATASUS. Ministério da Saúde - MS. Índice de Gini da Renda Domiciliar per capita – Acre. Período de 1991, 2000 e 2010. 2017. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/giniac.def>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL– Sisvan. Relatórios de Acesso Público. Estado Nutricional. 2017. Disponível em: <http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvanV2/relatoriopublico/index>. Acesso em: 29 jan. 2018.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO - MDS. CAISAN. **A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e atuais desafios**. Unicamp. Campinas. 2016.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS. **Povos e Comunidades Tradicionais, 2015**. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 21 nov. 2017.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio. Suplemento de Segurança Alimentar 2013 - PNAD 2013**. Rio de Janeiro, 2014.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Contínua Trimestral de 2017**. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua - Trimestral. Suplemento de Segurança Alimentar 2017. Indicadores IBGE. Rio de Janeiro, 2017.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD. Síntese de Indicadores 2014**. Rio de Janeiro, 2015.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Aquisição alimentar domiciliar per capita Brasil e Grandes Regiões.** Rio de Janeiro, 2010.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **XII Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2010.

_____.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura/pecuaria/9827-censo-gropecuario.html.edicao>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção da Pecuária Municipal 2016.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2016_v44_br.pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA – IPEA. **Evolução do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil – Período 2004-2009.** n. 70. Comunicado do IPEA. 2010.

_____.INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Ministério da Educação. **Indicadores Educacionais.** Brasília. 2016.

BURITY, V., FRANCESCHINI, T., VALENTE, F., RECINE, E., LEÃO, M., CARVALHO, M. F. **Direito Humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** CDU 612.391(81). Brasília/DF. ABRANDH, 204p. 2010.

CONSEA, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. **Exposição de Motivo nº 002/2009**. Brasília. 2009.

_____. **Análise dos indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional**. 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional +2. Brasília, 2014a.

GAVAZZI, R. A. **Agrofloresta e cartografia indígena: a gestão territorial e ambiental nas mãos dos agentes agroflorestais indígenas do Acre**. 297f. 2012. Dissertação - (Mestrado em Geografia Física) Universidade de São Paulo, São Paulo.

Inesc, Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Relatório Orçamento 2018: Brasil à beira do caos** - Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2017/setembro/orcamento-2018-brasil-a-beira-do-caos>. Acesso em: 12 jun. 2018.

MALUF, R. S. A política de abastecimento, a soberania e a segurança alimentar e nutricional. Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. **Revista Agricultura a Abastecimento Alimentar**. 2009. p. 97-108.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE (MPAC). **Fórum Acreano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos**. 2017. Disponível em: <http://www.mpac.mp.br/forum/>. Acesso em: 3 dez. 2017.

OLIVEIRA, J. E. D. **Educação e Direito à Alimentação**. Estudos Avançados, v. 21, 60p. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança. Nova Iorque, setembro de 1990.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD BRASIL. **Ranking IDHM Municípios 2010**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios2010.html>. Acesso em: 21 nov. 2017.

REDE, Rede Interagencial de Informação para a Saúde. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa**. 2. ed..Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.77p.

SALGADO, C. A. B. **Segurança alimentar em terras indígenas: os Shanenawa no Rio Envira, Acre**. 209f. 2005. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais). Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC.

SANTOS R. C.; SIVIERO, A; **História da agroecologia no Acre**. In.: Agroecologia no Acre. SANTOS, R. C. SIVIERO, A. (eds.). Agroecologia no Acre. Rio Branco: Editora IFAC. 1^a. Ed., 2015. p. 15-44.

SCHUTTER, O. Conselho de Direitos Humanos. **Décima sexta sessão. Item 3 da agenda Promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito ao desenvolvimento**. Relatório apresentado pelo Relator Especial sobre direito à alimentação. 2002.

SOUZA, O. F.; FARIAS, E. S. Magreza e sobrepeso em escolares de Rio Branco, AC, Brasil. Underweight And Overweight In School. Children From Rio Branco, Acre State, Brazil. **Revista Brasileira de Crescimento Desenvolvimento Humano**. v.21, n.3, p. 878-882. 2011.

VALENTE, F. L. S. **Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada in direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. Cortez Editora, São Paulo, 2002. p. 40-43.